



Revista de Ciências Contábeis | RCiC-UFMT |

homepage do periódico: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rcic>



Controle interno: um estudo de caso em uma microempresa

Internal control: a case study in a micro-enterprise

Control interno: um estudio de caso em uma microempresa

Gisleangela Cristina Maria Oliveira
Universidade Federal De Mato Grosso, Brasil
gisleoliveira@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9146-3294>

Histórico do artigo:
Recepção: 28 Agosto 2019
Aprovação: 11 Fevereiro 2020
Publicado: 15 Maio 2020

RESUMO

O presente estudo aborda o tema controle interno em uma microempresa e sua importância no processo gerencial, tem por objetivo geral descrever os procedimentos de controle interno que podem ser aplicados para a melhoria das rotinas de uma microempresa em Cuiabá, Mato Grosso. Ainda, será analisada a existência de controle interno dentro da empresa em questão, bem como descrever o funcionamento das rotinas e apresentar melhorias para os procedimentos de controle interno. A metodologia utilizada foi a de estudo de caso, sendo esta uma pesquisa qualitativa e descritiva desenvolvida através de levantamento de dados por entrevista com o auxílio de um questionário semiestruturado com roteiro. A análise do estudo apresenta descrição do funcionamento da empresa estudada, os processos de controles internos existentes das contas caixa, estoque, contas a pagar e receber. Os resultados obtidos demonstram que os procedimentos adotados não são satisfatórios para a garantia de dados contábeis confiáveis, e para a transparência nas transações executadas, o que pode acarretar em fraudes, má gestão e diminuição do crescimento da empresa.

Palavras-chave: Controle interno, microempresa e estudo de caso.

ABSTRACT

The present study deals with the topic of internal control in a microenterprise and its importance in the management process, its main objective is to describe the internal control procedures that can be applied to improve the routines of a microenterprise in Cuiabá, Mato Grosso. Also, the existence of internal control within the company in question will be analyzed, as well as to describe the operation of the routines and to present improvements for the internal control procedures. The methodology used was a case study, this being a qualitative and descriptive research developed through data collection by interview with the aid of a semi-structured questionnaire with script. The analysis of the study presents a description of the operation of the company studied, the internal control processes of the cash, inventory, accounts payable and receivable. The results show that the procedures adopted are not satisfactory for the guarantee of reliable accounting data, and for the transparency in the executed transactions, which can lead to fraud, mismanagement and decrease of the company growth.

Keywords: Internal control, microenterprise and case study.

RESUMEN

Este estudio aborda el tema del control interno em una microempresa y su importância em el proceso de gestión, y su objetivo general es describir los procedimientos de control interno que pueden aplicarse para mejorar las rutinas de una microempresa en Cuiabá, Mato Grosso. Aún así, se analizará la existência de control interno dentro de la empresa em cuestión, así como también se describirá el funcionamiento de las rutinas y las mejoras actuales a los procedimientos de control interno. La metodología utilizada fue el estudio de caso, que es una investigación cualitativa y descriptiva desarrollada a través de la recopilación de datos por entrevista com la ayuda de un cuestionario semiestructurado con guión. El análisis del estudio presenta una descripción de la operación de la empresa estudiada, los procesos de control interno existentes de cuentas de efectivo, inventario, cuentas por pagar y por cobrar. Los resultados muestran que los procedimientos adoptados no son satisfactorios para garantizar datos contables y para la transparencia en las transacciones ejecutadas, lo que puede conducir a fraude, mala administración y reducción del crecimiento de la compañía.

Palabras-clave: control interno, microempresa y estudio de caso.

1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho atualmente está mais exigente e competitivo com a seleção de profissionais cada vez mais especializados em suas respectivas áreas. E isso se aplica também às empresas que necessitam continuamente se adaptar às mudanças do mercado, sistematizando seus sistemas de informações para tomada de decisões futuras e no planejamento estratégico da empresa.

As Micro e Pequenas Empresas (MPE) tem-se destacado com o aumento considerável de sua participação no crescimento da economia nacional. Dados do SEBRAE (2015) apontam que as MPE geraram 27,0% do valor adicionado do conjunto de atividades pesquisadas (PIB) no ano de 2011. Historicamente, esse percentual demonstra um aumento constante iniciado em 1985, quando esse indicador representava 21,0% do valor adicionado (PIB) e 23,2% em 2001. Ainda, os serviços e comércio representaram 19% do valor adicionado em 2011, enquanto a indústria totalizava 7,8%. Nesse mesmo período (2011), o número de MPE representaram 98% e 99% do total de empresas formalizadas nas atividades de serviços e de comércio, respectivamente.

Diante da relevância das MPE para a economia, é importante que essas empresas busquem formas diferenciadas para gerenciamento dos sistemas e processos, para proteção do seu patrimônio evitando assim o declínio de sua atividade, até um possível encerramento precoce e indesejado. Nesse contexto surge o Controle Interno que de acordo com Mattos e Mariano (1999) é um conjunto de medidas que a empresa adota a fim de proteger seu patrimônio e fornecer dados contábeis confiáveis para uma melhor tomada de decisão.

É de suma importância que todo empreendimento, independente do seu porte, adote processos de controle interno para gestão de seus negócios. Esses processos auxiliam na tomada de decisão, com levantamento de dados confiáveis de produção e, conseqüentemente, evita a ocorrência de erros e procedimentos ilegais ou fraudulentos. (SEBRAE, 2003)

No contexto, associado a regionalidade de Cuiabá-MT, insere-se o questionamento sobre os procedimentos de controle interno que podem ser aplicados para a melhoria das rotinas de uma microempresa nessa Cidade. Com o objetivo de demonstrar os benefícios oferecidos pelo uso do controle interno em uma empresa, bem como sua confiabilidade na tomada de decisão da gestão, o presente trabalho irá demonstrar os procedimentos de controle interno que podem ser aplicados para a melhoria das rotinas de uma microempresa de Cuiabá/MT. Ainda, será analisado a existência dessa ferramenta de gestão dentro da empresa, descrever o funcionamento das rotinas e apresentar melhorias para os procedimentos de controle interno, caso necessário.

Nessa pesquisa será realizado um estudo de caso em uma empresa que comercializa materiais ortopédicos no município de Cuiabá, Mato Grosso.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Microempresa: aspectos conceituais

Um dos conceitos de MPE mais utilizado está presente na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que considera microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso desde que: no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); No caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

De acordo com Chiavenato (2007), os deveres legais para as microempresas são bem simplificados. A contabilidade pode ser feita na própria microempresa ou por escritório externo, sendo assim dispensada a escrituração dos livros fiscais. As microempresas têm de apresentar anualmente a Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a Declaração de Microempresa para a Secretaria Estadual da Fazenda, a Declaração de Microempresa para a Prefeitura e a escrituração dos livros. As microempresas devem recolher a contribuição do INSS de seus empregados, a parcela do empregador, o FGTS, o DARF de Imposto de Renda retido nos pagamentos dos empregados e/ou salários e a contribuição da empresa ao INSS mensalmente. As obrigações trabalhistas devem ser recolhidas periodicamente, tendo livro de registro dos empregados, assim como guias de recolhimento de impostos, as taxas e as contribuições (como FGTS e INSS), documentos dos sócios da empresa e notas fiscais.

Dados do SEBRAE de 2013, mostram que as micro e pequenas empresas criaram 6,6 milhões de empregos com carteira assinada, elevando o total de empregos nessas empresas de 9,5 milhões de postos de trabalho em 2002 para 16,2 milhões em 2012. Avaliando esse período, o crescimento médio do número de empregados nas micro e pequenas empresas foi de 5,4% a.a.

Ainda, de acordo com o SEBRAE, setorialmente o comércio manteve-se como a atividade com maior número de micro e pequenas empresas e responde, na média do período, por mais da metade do total das MPEs brasileiras. Esses dados ainda apontam o surgimento anual de 1,2 milhões de novos empreendimentos no país, sendo destes mais de 99% micro e pequenas empresas. Análises de 2016 mostram que os faturamentos dos pequenos negócios permanecem em alta com médias de 0,4% ao mês. (SEBRAE, 2013)

Com isso, as MPEs são responsáveis por uma significativa parte dos postos de trabalho e do total de empresas do país, pois as mesmas representam um fator de estabilidade social devido ao seu potencial em gerar empregos, distribuir renda e girar a economia. No entanto, a mortalidade precoce das MPEs no Brasil, muitas vezes por falhas gerenciais, vai de encontro ao crescimento das mesmas apresentados. (FERREIRA et al, 2011)

Santana et al. (2013) afirma que devido ao desenvolvimento das MPE dentro do mundo corporativo, mesmo que não seja com igual rapidez, o controle interno vem sendo aplicado cada vez mais nessas organizações. De acordo com Mattos e Mariano (1999), preocupar-se com os registros contábeis é essencial para o gerenciamento e tomada de decisão. E o controle interno tem por objetivo garantir a fidedignidade do registro dos fatos contábeis, assegurando ainda que todos os fatos ocorridos foram registrados.

2.2 Controle interno

O controle Interno é o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios de uma organização (ALMEIDA, 2007).

Podemos ainda definir controle interno como políticas e processos definidos pela gerência da empresa que garantem que as operações realizadas estão atendendo aos propósitos pré-estabelecidos. (LORENZONI & VIEIRA, 2013)

Conforme Mattos e Mariano (1999) os objetivos do controle interno são: “proteção de ativos, obtenção de informações apropriadas, obtenção da eficiência operacional.” Lorenzoni e Vieira (2013) destacam que quando algo na empresa não vem dando certo, é o controle interno que determina o que precisa ser feito, se tornando, portanto, um item primordial para atender aos objetivos traçados pela administração da empresa.

Silva (2013) destaca que independente do porte ou tamanho da empresa em questão, havendo a implementação de um sistema de controles internos eficiente nos fluxos operacionais, haverá a garantia e uma margem de segurança capaz de evitar fraudes e erros que proporcionem prejuízos futuros.

O sistema gerencial de controle interno possui quatro elementos de acordo com Mattos e Mariano (1999): 1. Plano organizacional; 2. Segregação de funções; 3. Sistemas administrativos e; 4. Segurança interna. O plano organizacional se refere ao organograma e manuais de procedimento, delimitando as linhas de responsabilidade e autoridade existentes. A segregação de funções tem por principal objetivo descentralizar os ativos da empresa não depositando o controle total do mesmo em uma mesma pessoa. Os sistemas administrativos devem assegurar as normatizações e uniformização dos procedimentos, sendo estes claros, objetivos e corretamente divulgados. Por fim a segurança interna refere-se ao controle e proteção dos ativos, assegurando perdas, fraudes e rotinas para resguardar o patrimônio.

Além desses quatro elementos citados acima, o controle interno de uma empresa se divide em dois grupos: os contábeis e os administrativos. Os controles contábeis estão relacionados ao plano organizacional estabelecido para resguardar o patrimônio e os itens que o compõe. Os controles administrativos compreendem os métodos e procedimentos utilizados para viabilizar as operações de forma eficiente, priorizando a política de negócios da empresa assim como seus registros financeiros. (LORENZONI & VIEIRA, 2013)

A relevância do sistema de controle interno na gestão das empresas é atribuída à importância que a mesma desempenha nos diversos setores do empreendimento não restringindo apenas ao controle de práticas fraudulentas, mas também no auxílio aos procedimentos adotados pela administração. Ela também se torna importante como sugestão de metas e objetivos planejados pela empresa garantido assim a continuidade no fluxo de operações. (LORENZONI & VIEIRA, 2013)

3. METODOLOGIA

De acordo com Lima, et. al (2012, p. 129) “[...] a realização das pesquisas contábeis, dentro da grande área das Ciências Sociais Aplicadas, pode vir a ser um campo fértil para estudos sobre a realidade das organizações.”

Gil (2002) define pesquisa como,

O procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos [...] a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.

A pesquisa em questão é classificada como descritiva quanto aos objetivos pois segundo Beuren (2004, p.81) “[...] vários estudos utilizam a pesquisa descritiva para análise e descrição de problemas de pesquisa na área contábil.” Quanto aos procedimentos será conduzido um estudo de caso intrínseco que de acordo com Gil (2002) “[...] é o que constitui o próprio objeto da pesquisa, o pesquisador deseja conhecê-lo em profundidade sem se preocupar em formular teorias.” O estudo terá uma abordagem qualitativa que na contabilidade se torna muito comum pelo fato de ser uma Ciência Social, mesmo lidando com números.

A coleta de dados foi efetuada por meio de entrevista com roteiro semiestruturado (Apêndice A), com 21 perguntas direcionadas ao tema proposto, foram sistematizadas conforme os procedimentos de controle interno utilizados pela entidade em estudo, e espera-se que os resultados possam servir como referencial para melhorias no serviço da microempresa.

4. RESULTADOS

O estudo foi realizado no município de Cuiabá, em uma microempresa que comercializa produtos médicos e hospitalares, optante pelo Simples Nacional como forma de tributação. A entidade possui três salas alugadas – sendo uma sala para estoque, uma para loja física e um escritório – em um prédio comercial, conta com um quadro de 7 colaboradores e atua no mercado há 15 anos. O questionário foi respondido pela administradora e responsável legal da empresa, que possui o conhecimento sobre as rotinas internas existentes.

A empresa apresenta uma estrutura organizacional composta por administrador, responsável técnico (por se tratar de produtos médicos hospitalares), e cinco instrumentadores cirúrgicos que atuam nos hospitais conveniados.

A diretoria é composta por três membros, sendo todos sócios proprietários da empresa. Todos respondem igualmente e possuem autonomia para a tomada de decisão sobre assuntos da entidade. A responsabilidade legal é por designação de funcionário contratado sobre cargo de confiança, na qual ainda exerce função de administradora, financeiro, e recursos humanos. A responsabilidade técnica se faz presente devido as normatizações impostas pelo serviço regulador. O funcionário lotado neste cargo ainda realiza funções de compra e venda de materiais, controle de estoque e ocasionalmente financeiro. Os instrumentadores cirúrgicos lotados no hospital desenvolvem atividades de enfermagem, controle de imobilizado (materiais cirúrgicos dentro no hospital) e transporte de implantes cirúrgicos para a realização de procedimentos.

4.1 Controle interno da empresa

A empresa estudada não possui atualmente um sistema de controle interno, nem a padronização de procedimentos, métodos ou rotinas para a condução ordenada dos negócios da empresa.

As atividades da empresa estão relacionadas a venda de produtos médicos e hospitalares a pessoa física (cliente final) e jurídica (planos de saúde conveniados). Os controles financeiros são realizados na conta caixa, contas a pagar e contas a receber, todos em um sistema adquirido pela empresa. O controle de entrada e saída de estoque também é realizado através do mesmo sistema.

Na estrutura organizacional nota-se a ausência de profissional e departamento contábil. O serviço contábil é terceirizado, sendo efetuado fora do ambiente empresarial. As informações são enviadas mensalmente através de relatórios produzidos pela administração, sendo que o profissional contador contratado raramente comparece à empresa, ou seja, não existe a análise de um profissional capacitado tornando assim o procedimento perigoso, pois quem operacionaliza as informações não deve ser a responsável em conferi-las, para que não ocorra fraudes ou envio de dados distorcidos para as demonstrações contábeis.

Portanto as informações são geradas em sua maioria através de relatórios gerados por um software de gestão de produtos hospitalares, com exceção da folha de pagamento e encargos que é gerada e disponibilizada mensalmente pelo serviço contábil contratado. Evidencia-se que não é feita nenhum tipo de análise por parte da contabilidade sobre a confiabilidade dessas informações, ela limita-se apenas a registrar os dados enviados.

Sendo assim será feita a análise em partes das atividades realizadas pelos funcionários da empresa, no qual se registram as informações das contas caixa, contas a pagar, contas a receber e estoque.

4.2 Controle da conta caixa

O termo caixa e equivalente de caixa refere-se ao disponível em moeda corrente que uma empresa possui somado aos recursos em conta corrente da empresa e aplicações financeiras a curto prazo.

O controle da conta caixa da empresa estudada é realizado digitalmente no software utilizado pela empresa, onde são lançadas as receitas e despesas diariamente. Nota-se que anteriormente as transações dessa conta eram efetuadas em planilha do Excel, através dos recibos adquiridos das transações, porém essa planilha não era enviada mensalmente à contabilidade. Com a implantação do sistema de gestão, esse relatório agora é enviado mensalmente.

As entradas em espécie são derivadas de vendas de órteses na loja física, e de implantes cirúrgicos ao cliente que não possui plano de saúde. Os valores são recebidos por ambas as funcionárias do escritório e lançadas no sistema, porém não há conferência diária pela administradora do caixa da loja, ou seja, não é realizado relatório diário de movimentação, não existe pessoa específica para a operar o caixa, não existe restrição no sistema para alteração de valores do fluxo de caixa e por fim ambas exercem também o papel de vendedor dos produtos. Os valores são mantidos em uma gaveta que possui chave, não são depositados em conta bancária mesmo quando há o recebimento de valor elevado e são utilizados para pagamentos de despesas gerais.

Após análise das informações, nota-se que os procedimentos adotados não são eficientes para alcance dos objetivos do controle interno, os dados produzidos podem estar sujeitos a distorções, o que atinge diretamente as demonstrações contábeis produzidas.

Para garantir uma maior confiabilidade das informações e resguardar o disponível em caixa, sugere-se padronizar a conferência diária dos valores pelo responsável legal no qual responde diretamente à contabilidade e juridicamente pelas transações da empresa, sendo necessária a abertura e fechamento do caixa e a conferência através do sistema das vendas diárias, discriminando as recebidas em dinheiro e cartões. Faz-se importante também a restrição ao acesso do sistema, e a conciliação em determinadas datas da contagem de caixa e comparação com o saldo da razão geral da contabilidade. Outro aspecto importante é a realização de depósitos bancários periódicos na condição do recebimento de altas quantias em espécie, e a normatização de procedimentos a serem feitos quando houver diferença no saldo do caixa.

Tabela 1- Análise do controle de caixa

Controle da conta caixa	Sugestões
Não há conferência diária	Conferência diária
Dois funcionários realizam recebimento em espécie	Abertura e fechamento de caixa por responsável (restrição ao sistema)
Não há depósito periódico	Depósito periódico
Não há conciliação periódica com a contabilidade	Conciliação com razão contábil

Fonte: elaborada pelo autor, 2018

4.3 Controle da conta estoque

Em resumo o estoque de uma empresa representa as mercadorias com existência física comprovada destinados à venda ou aplicados no processo de produção de outros produtos para venda.

No caso em estudo, o controle de estoque é realizado através do sistema implantado e desempenhado pela responsável técnica que tem por formação a profissão de enfermagem. A mesma analisa mensalmente os saldos dos produtos no estoque através de contagem e confere com o saldo do sistema para o envio de pedidos de compra aos fornecedores.

O pedido de compras é efetuado no software, constando a numeração do pedido, o fornecedor, o material solicitado, a quantidade e a forma de envio. É solicitado e enviado ao fornecedor pela própria responsável pelo estoque. Quando o material é entregue, a mesma faz a conferência, lançamento no sistema e armazenagem.

De acordo com as informações colhidas, constata-se que não existem formulários para cotação de preços, não é realizado pedido através de orçamentos prévios para seleção de fornecedor para formalização da compra. Não existe segregação de função nesse departamento, sendo a requisição, compra e recepção realizados por uma mesma pessoa, não havendo rotina interna documentada e implantada para execução desse processo.

O envio de dados do estoque à contabilidade, é feito mensalmente através do envio das notas fiscais de entrada e arquivos XML das notas fiscais de venda. Nota-se que não é realizado inventário periódico do estoque, bem como dos equipamentos, que não possuem registro interno padronizado, portanto não há comprovação documentada de que as contas estoques e imobilizado em posse da contabilidade condizem com o real estoque contido na empresa, pois não é feito confrontos entre estoque físico e registro contábil periodicamente.

Abaixo encontra-se tabela com resumo da análise do controle de estoque.

Tabela 1- Análise do controle do estoque

Controle do estoque	Sugestões
Não são realizadas cotações para compras	Implantar formulários de cotação
O mesmo funcionário solicita, confere, armazena e distribui os materiais adquiridos	Requisição de compras autorizadas por responsável (administrador)
Equipamentos não inventariados	Conciliação com razão contábil
Inventário permanente	Inventário permanente

Fonte: elaborada pelo autor, 2018

Para um efetivo controle do estoque, sugere-se a execução de inventário físico permanente dos bens e a comparação do somatório dos saldos desses registros com o saldo da respectiva conta no razão geral. Importante ainda a implantação de formulários de requisição de compra, a cotação de preços em diferentes fornecedores para a escolha das melhores condições para a realização da compra, que deve ser previamente autorizada pelo administrador, o que evita gastos desnecessários e maior controle dos materiais comercializados na empresa. Outro aspecto importante é a criação de normas que responsabilizem funcionário no caso de perda e extravio de produtos e equipamentos.

4.4 Controle das contas a pagar

As contas a pagar de uma empresa correspondem às obrigações com terceiros, geradas através da aquisição de mercadorias ou prestação de serviço. Essa conta demonstra visualmente os compromissos assumidos e possibilita o controle das datas para efetuar os pagamentos.

A responsável pelo controle das contas a pagar é a administradora da empresa e assim como a conta apresentada anteriormente, esta também é registrada digitalmente, através dos arquivos XML das notas fiscais de compra, e manualmente para o lançamento de despesas administrativas, vendas e pessoal. O pagamento geralmente é realizado através de boletos

bancários enviados pelos fornecedores após a compra. Os boletos são recebidos via correios e e-mail, sendo estes armazenados em uma pasta numerada por datas, de acordo com o respectivo vencimento.

Os pagamentos são efetuados nas segundas-feiras através de débito em conta em uma das duas contas bancárias pertencentes à empresa. Após o pagamento dos boletos a serem vencidos na semana, é realizada a baixa dos mesmos no sistema. Os pagamentos realizados em dinheiro são registrados na conta fluxo de caixa existente no sistema.

Os relatórios produzidos no contas a pagar são enviados mensalmente à contabilidade, através do explicativo do extrato bancário do mês em questão, onde é elencado além da operação bancária o fornecedor referente ao pagamento, as notas fiscais, os boletos pagos juntamente com comprovante de pagamento também são enviados. Os pagamentos em espécie são enviados através do relatório do fluxo de caixa citado anteriormente, assim como os comprovantes e notas fiscais relacionados.

A folha de pagamento dos funcionários é realizada pela contabilidade no primeiro dia útil do mês, através das informações enviadas pela administradora mensalmente. Os pagamentos são efetuados via transferência bancária, e são discriminados no explicativo do extrato com o nome do funcionário e o respectivo valor dos seus honorários.

Em relação aos procedimentos referentes ao controle do contas a pagar sugere-se o acréscimo de informações no explicativo do extrato como número da nota fiscal referente, número do boleto e data de vencimento. Também é necessária a conferência das notas fiscais de compra e o confronto das mesmas com a ordem de compra e por fim habilitá-la para pagamento. Outra sugestão seria a conciliação bancária a ser realizada em determinada data-base pela contabilidade, do saldo das contas bancárias segundo o razão da contabilidade com os saldos enviados dos bancos.

Abaixo encontra-se tabela com resumo da análise do controle do contas a pagar.

Tabela 1- Análise do controle do contas a pagar

Controle do contas a pagar	Sugestões
Contas pagas através de internet banking (boletos)	Confrontar NF de compra, boletos com ordem de compra
Relatórios enviados através de explicativo do extrato	Adicionar número da NF referente ao pagamento no explicativo do extrato
Não são realizadas conciliações com a contabilidade	Conciliação com razão contábil

Fonte: elaborada pelo autor, 2018

4.5 Controle das contas a receber

Basicamente o contas a receber refere-se aos créditos representados na maioria das vezes por duplicatas, boletos e estão relacionados à receita da empresa. A administração correta do contas a receber diminui a inadimplência e otimiza o fluxo de caixa, o que evita a busca de capital de terceiros.

As contas a receber da empresa estudada surgem a partir da emissão das notas fiscais na ocasião da venda dos produtos. O sistema gera automaticamente a fatura das vendas a prazo, visto que os clientes da empresa são na maioria planos de saúde que realizam o pagamento mensalmente, ou seja, a partir da data da emissão da nota fiscal o pagamento é efetuado com no mínimo trinta dias. Os recebimentos dos planos de saúde se dá por depósito bancário na conta corrente fornecida pela empresa, geralmente no último dia útil de cada mês.

Os recebimentos de clientes em geral, se dá por pagamento à vista em dinheiro, cartão, transferência bancária e cheques. Os recebimentos em espécie são lançados no fluxo de caixa, conforme citado anteriormente, os recebimentos via cartão débito e crédito, são creditados em conta corrente, sendo as vendas a crédito recebidas por antecipação no próximo dia útil subsequente à venda. Os recebimentos em cheque que são minoria não possuem registros no sistema, porém são carimbados, nominados e cruzados e depositados em conta bancária conforme data de vencimento.

Os relatórios do contas a receber também são gerados via sistema, após o recebimento de valores a administradora realiza a baixa através do relatório de pagamento enviado pela operadora do plano de saúde onde consta as notas fiscais pagas. O envio das informações à contabilidade do contas a receber também é através do explicativo do extrato, do envio dos relatórios de pagamentos dos planos de saúde e dos arquivos XML das notas emitidas. Porém no explicativo não é registrado os dados dos recebimentos via cartão de crédito, não é enviado informações das notas fiscais emitidas nessas vendas, cabendo à contabilidade realizar essa conciliação.

A análise dos procedimentos no controle do contas a receber demonstra que as informações enviadas à contabilidade não são de inteira confiança, assim como no controle do contas a pagar, faz-se necessário uma conciliação bancária periódica, é importante também o lançamento dos recebimentos de cheques no sistema, para registro de possíveis perdas. Sugere-se o envio de mais informações no explicativo do extrato nos recebimentos via cartão, como nome do cliente e número da nota fiscal, assim como registro das formas de recebimento no sistema para a emissão correta de relatórios e para um envio de informações fidedignas à contabilidade

Abaixo encontra-se tabela com resumo da análise do controle do contas a receber.

Tabela 1- Análise do controle do contas a receber

Controle do contas a receber	Sugestões
Recebimento através de dinheiro em espécie, cheques, cartões e depósitos bancários	Lançar em sistema todos os valores recebidos inclusive cheques
Relatórios enviados através de explicativo do extrato	Adicionar número da NF emitida referente ao recebimento no explicativo do extrato
Controle realizado através das Notas emitidas e relatórios de pagamentos dos clientes	Conciliação com razão contábil

Fonte: elaborada pelo autor, 2018

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como proposta a verificação da existência de controle interno em uma microempresa específica, assim como descrever os procedimentos executados e se os mesmos são viáveis no que se refere ao preconizado pelas normas de controle interno. O foco foi enfatizar a importância dos controles internos dentro das microempresas.

As transformações socioeconômicas e as tendências evolutivas do mercado, ocorridas com o passar dos anos exigiram uma maior profissionalização dentro das organizações, bem como a implementação de conceitos de controle interno. A existência de um controle interno auxilia o gestor na tomada de decisão, evita possíveis fraudes, e dinamiza o desenvolvimento do trabalho dentro da empresa.

A não existência de profissional contador dentro da entidade não pode impedir que as informações contábeis geradas não sejam confiáveis, portanto a omissão na utilização do controle

interno pode ocasionar uma diminuição dos lucros, aumento de desperdícios e a tomada de decisões inviáveis para o desenvolvimento da empresa.

Após elaboração do estudo identificou-se que a empresa possui, mesmo que intencionalmente, controles internos em vários processos, como descrito anteriormente. Ainda que não seja o preconizado, esses processos dinamizam e organizam o trabalho realizado. As adequações propostas neste estudo nos processos existentes garantirão maior confiabilidade e segurança nas informações geradas, evitando possíveis erros nos resultados finais.

É necessário, portanto, uma melhor compreensão dos métodos de gestão das empresas, assim como as formas de obtenção de resultados e as adaptações necessárias para as transformações e desafios futuros. É recomendável a reavaliação dos processos utilizados e a implantação de novos requisitos para o desenvolvimento das atividades de controle interno.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: Um curso moderno e completo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2004. Disponível em: http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf (Acesso em: 10.07.2017).
- BRASIL, **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Versão consolidada pelo CGSN)**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123Consolidada_LC139_2011.htm. (Acesso em: 10.07.2017).
- CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Disponível em: <http://www.buscadaexcelencia.com.br/wp-content/uploads/2010/08/Livro-Empreendedorismo-Idalberto-Chiavenato.pdf>. (Acesso em: 10.07.2017).
- FERREIRA C. C. et al. Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil rap — RIO DE JANEIRO 45(3), 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7018>. (Acesso em: 10.07.2017).
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. Instituto Brasileiro de geografia e Estatística- IBGE. **As Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/>. (Acesso em: 10.07.2017).
- LIMA, J. P. C. et al. **Estudos de caso e sua aplicação: proposta de um esquema teórico para pesquisas no campo da contabilidade**. Revista de Contabilidade e Organizações, 6(14),

Oliveira, G. C. Controle interno: um estudo de caso em uma microempresa

127-144 RCO, Ribeirão Preto, SP, v. 6, n. 14, p. 132-144, jan-abr 2012. Disponível em: www.rco.usp.br (Acesso em: 18.07.2017).

LORENZONI, R.; VIEIRA, E. T. V. **O Controle Interno e a Auditoria como Ferramenta de desenvolvimento nas Micro e Pequenas Empresas**, REVISTA GESTÃO E DESENVOLVIMENTO EM CONTEXTO- GEDECON VOL.1, Nº. 01, 2013. Disponível em: <http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/view/287> (Acesso em 19.07.2017).

MATTOS, C. C; MARIANO, R. P. **Controle interno: uma abordagem teórica**. Contabilidade de vista & revista: 1999. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/buscardicao/periodico/contabilidade-vista---revista/idedicao/2537>. (Acesso em: 19.07.2017).

SANTANA, P. S.; VIEIRA R. V. S.; CONCEIÇÃO, S. H. **A Controladoria como estratégia de sucesso para as organizações de pequeno e médio porte**. Revista eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira. Ano VI. Março, 2013. ISSN 1983-1285. Disponível em: http://fjav.com.br/revista/Downloads/EdicaoEspecialPosControladoria/Artigo136_150.pdf. (Acesso em 19.07.2017).

SEBRAE – Fatores Condicionantes e Taxas de Sobrevivência e Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas no Brasil. 2003-2005 – disponível em: www.biblioteca.sebrae.com.br (Acesso em: 10.07.2017).

SEBRAE (Org.). **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**: 2013. 6. Ed. / São Paulo: DIEESE, 2013. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf. (Acesso em: 10.07.2017).

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira. Brasília: SEBRAE, 2015. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>> (Acesso em: 17.07.2017).

SILVA, Fábio Cardoso. **O Controle Interno nas Pequenas e Médias Empresas**. 2013 disponível em: <https://www.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/CCO/CONTROLE%20INTERNO%20NAS%20PEQUENAS%20E%20MEDIAS%20EMPRESAS.pdf>. (Acesso em 19.07.2017).

pereira.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

RFB, RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR): **Perguntas e Respostas, ITR 2014**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/itr/2014/PerguntaseRespostasITR2014.pdf>. Acessado em: 03 set. 2017.

- RFB, RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Regulamento do Imposto de Renda–RIR/1999**. 1999.
- RS. RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 51.203**. 2014. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/>. Acessado em: 10 set. 2016.
- RS. RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 37.699**, de 26 de agosto de 1997, dispõe sobre o ICMS- Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços. Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (SEFAZ-RS), 1997. Disponível em <www.legislação.sefaz.rs.gov.br> Acesso em: 13 de março. 2017.
- RS. RIO GRANDE DO SUL. **Nota Fiscal Eletrônica**. Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (SEFAZ-RS), 2014. Disponível em: https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/MontaDuvidas.aspx?al=1_nfe_faqs_obr. Acessado em: 13 ago. 2017.
- SILVA, V. L. **A Nova Contabilidade aplicada ao Setor Público: Uma abordagem prática**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- SOARES, C. S.; BARBIERI, L. W. A relação Custo/Volume/Lucro na Produção de Arroz: Um Comparativo entre o Cultivo Pré-germinado e o Plantio Direto. **ABCustos**, v. 12, n. 3, p. 45-73, 2017.
- YOUNG, L. H. B. **Atividade rural: aspectos contábeis e tributários**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2011.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO DE PROCEDIMENTOS DE CONTROLE INTERNO

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA FINS ACADÊMICOS

1. Qual o ramo de trabalho da empresa e há quanto tempo está no mercado?
2. Quantos funcionários ela possui? Descreva suas funções e atividades.
3. Quantos dons a empresa possui? Quais suas atribuições na empresa?
4. Existe profissional contador na empresa? Como a informação contábil é registrada?
5. A empresa possui controle interno documentado e implantado?
6. Os procedimentos implantados foram orientados por profissional contador?
7. Quem realiza o controle das contas a pagar? Descreva como é realizado.
8. Existe restrição no acesso das informações do contas a pagar?
9. Quem realiza o controle das receitas? Descreva os procedimentos realizados.
10. Existe restrição no acesso das informações do contas a receber?
11. Como e por quem é feito o controle do estoque?
12. Existe restrição no acesso de informações do estoque?
13. É realizado inventário permanente ou periódico?
14. É realizada conciliação bancária?
15. Como é realizado o controle de caixa? Quais os procedimentos são adotados para registro e controle?
16. Existe restrição no acesso das informações do controle de caixa?
17. Os resultados da empresa (lucro/prejuízo) são acompanhados e de que forma?
18. Como são gerados os controles de caixa, contas a pagar, contas a receber e estoque?
19. São gerados relatórios dos dados e transações da empresa? Com que frequência?
20. Os relatórios gerados são analisados? Se sim quem realiza a análise?
21. Os procedimentos existentes de controle interno na empresa são analisados periodicamente?